

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Waldin Severino da Silva
PORTADOR(A) DO RG Nº 3355534 EXPEDIDO POR SSP/PP EM 24/08/05
CPF 035091714-03 /CNPJ 000000000000000000 PROFISSÃO Agricultor
E RENDA MENSAL DE R\$ 1,5M (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Waldin Severino da Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0036 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 74818-6

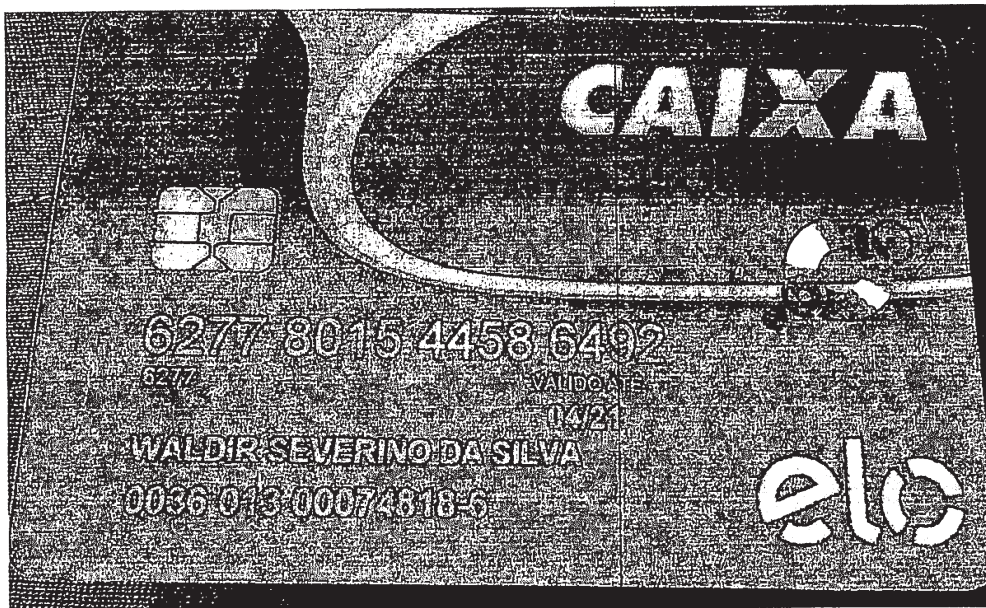
DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

1 Pessoa 13 de Junho de 2017 Waldin Severino da Silva
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo a legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente** (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares**;
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT: 0800 0221204





WALDIR BEVERINO DA SILVA
ASSENT AMARELA, S/N - AREA RURAL
SAO MIGUEL DE TAIPU/PB CEP 58334000 (AG 113)

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br 240, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880
Roteiro 3 - 10 - 47 - 1380 Referência Mai / 2016 CNPJ 09 095 183/0001-40 Insc Est 16 015 823-0
Nº medidor 00001185967 Emissão 08/05/2016 Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica F000 194 856
Código para Débito Automático: 00012149080

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/12' 4905-0**

Mai / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10 438, de 26 de abril de 2002.

06/05/2016

Data prevista da próxima leitura

07/06/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

3508171403
Insc. Est. 08/04/18 5980 06/05/18 6052 1 82 30

Faturas em atraso

Demonstrativo

	Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
FATURAS VENCIDAS ATÉ O DIA 01/05/2018 PAGAS OBRIGADORI	Consumo até 30kWh-BR	30	0,14483	4,33
	Consumo - 31 a 110kWh-BR	12	0,24794	7,93
	Subsídio			13,86
	ICMS			8,12
	PIS			0,28
	COFINS			1,20
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
	COMP. INDICADOR-TRIMESTRAL 03/2018			-0,01
	COMPENSAÇÃO POR INDICADOR-DMIC 02/2016			-0,28
	Devolução Subsídio			-13,86

Histórico de Consumo (kWh)

Abr/18 65
Mar/18 69
Fev/18 52
Jan/18 68
Dez/18 59
Nov/18 58
Out/18 61
Set/18 60
Ago/18 68
Jul/18 60
Jun/18 65
Mai/18 69

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	36,50	25,00	9,12
PIS	36,50	0,7183	0,23
COFINS	36,50	3,3032	1,23

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Média dos últimos meses
63 kWh

13/05/2016

R\$ 22,57

0e3e.dbbc.49e4.9e88.d7f9.e1ee.4b19.6826

Indicadores de Qualidade 3/2016 - Oratório

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL 13,20	0,00	NOMINAL 220	Serviços de Dist. da Energia PB	9,86	21,25
DIC TRIMESTRAL 28,34			Conta de Energia	12,55	34,38
DIC ANUAL 52,68			Serviço de Transmissão	0,75	2,05
FIC MENSAL 8,00	0,00	CONTRATADA 202	Encargos Selênio	3,04	8,33
FIC TRIMESTRAL 15,84		LIMITE INFERIOR 231	Impostos Ojeles e Encargos	10,54	29,89
FIC ANUAL 31,68			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC 7,20	0,00		Total	36,60	100,00
DICRI 18,60					

Valor do EUSID (Rel 3/2016) R\$ 7,36

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 13,86



Assinado eletronicamente por: ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO - 21/11/2017 14:47:06, ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO - 21/11/2017 14:46:11

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17112114470243800000010699118>

Número do documento: 17112114470243800000010699118

Num. 10947991 - Pag. 3

Secretaria da
Segurança e da Defesa Social
Delegacia Geral de Polícia Civil
Delegacia Geral Da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa



GOVERNO
DA PARAÍBA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 03202.01.2016.1.91.000

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 03202.01.2016.1.91.000, cujo teor é o seguinte: Ao(s) 18 dias do mês de Agosto de 2016, nesta cidade de João Pessoa, Central de Polícia Civil de João Pessoa, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **FRANCISCO DEUSDEDIT LEITÃO FILHO**, comigo, **RIVALDO MARCOS DE SOUZA MELO**, Agente De Investigação, às 09:44 horas, compareceu **WALDIR SEVERINO DA SILVA**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão AGRICULTOR, naturalidade São Miguel de Taipu, data de nascimento 01 de Junho de 1976, idade 40, filiação MARIA JOSÉ DO CARMO e SEVERINO AUGUSTO DA SILVA, Documento - CPF: 035.091.714-03, residente SÍTIO AMARELA 01, S/N, Centro, na cidade de São Miguel de Taipu/PB, telefone (83) 98778-2877

DADO(S) DO(S) FATO(S)

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 26/03/16 08:00

Tipo do Local: VIA/LOCAL DE ACESSO PÚBLICO (RUA, PRAÇA, ETC)

Local do Fato: [NÃO INFORMADO], Pilar - PB

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que, no dia 26/03/2016, por volta das 08:00 horas, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/POP 100, VERMELHA, ano 2014, placa OYZ1, 239/PE, CHASSI: 9C2HB0ER474490, Registrada em nome de SIMONE MOREIRA DE VASCONCELOS SEGUNDO, pela PB 048, Município de Pilar/PB, quando ao fazer uma curva teve a motocicleta que conduzia atingida na parte dianteira por outra motocicleta, e em decorrência desse fato sofreu FRATURA EXPOSTA DO PÉ E MÃO E OLÉCRANO DIREITO, sendo socorrido e conduzido pelo Samu, para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, nesta capital.

Nada mais havendo a declarar, foi cientificado o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa (PB) 18 de Agosto de 2016

Waldir Severino da Silva

WALDIR SEVERINO DA SILVA

Notificante

Rivaldo Marcos de Souza Melo

RIVALDO MARCOS DE SOUZA MELO

Agente De Investigação

Procedimento: 03202.01.2016.1.91.000





SERVICO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU

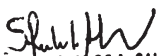


Pedras de Fogo - Estado da Paraíba

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de Direito, que o SAMU – 192 Pedras de Fogo prestou atendimento pré-hospitalar a **WALDIR SEVERINO DA SILVA**, 39 anos, Vitima Colisao Moto X Moto , no dia 26/03/2016, na PB 048, onde foram realizados todos os procedimentos de Urgência pela a equipe, o mesmo foi conduzido para o Hospital de Emergencia e Trauma Senador Humberto Lucena em João Pessoa, sob o protocolo 1213413.

Pedras de Fogo, 22 de Abril de 2016


BASTIAO RODOLFO DE A. GALDINO
Coordenador Geral SAMU - PF
Mat. 3223-9

COORDENADOR SAMU- P. DE FOGO
MAT.3223-9/COREN.246446



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Waldin Severino da Silva, portador da carteira de identidade nº 3355534 e inscrito no CPF/MF sob o nº 035091714-03, residente e domiciliado na Sítio Assentamento Amarelo S/N Área Rural Cidade São Miguel Taipu Estado Paraíba, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Waldin Severino da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

São Ressaia 13 de Julho de 2017

Local e data



28 30

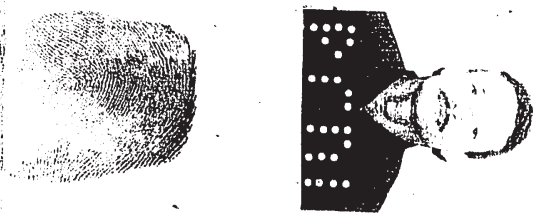
 <p>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA DIVISÃO MÉDICA</p>	
LAUDO MÉDICO	
INFORMAÇÕES PESSOAIS	
NOME DO PACIENTE	WALDIR SEVERINO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	01/06/76
NOME DA MÃE	MARIA JOSÉ DO CARMO
DADOS EXTRAÍDOS	
PRONTUÁRIO N.º	94.226
BOLETIM DE ENTRADA N.º	908.953
DATA DO ATENDIMENTO	26/03/16
HORA DO ATENDIMENTO	10:22
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE COTOVELO DIREITO(OLÉCRANO) + FRATURA DE 2º QUIRODÁCTILO DIREITO + FRATURA DE 2º, 3º E 4º METATARSO DIREITO
CID-10	S52.0 + S62.6 + S92.3
<u>AVALIAÇÃO INICIAL:</u>	
<p>Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, apresentando ferimentos no 2º e 3º QDD, ferimento no cotovelo direito e ferimento no pé direito. Presença de fraturas no 2º, 3º e 4º metatarso do pé direito, no olécrano e no 2º quirodáctilo da mão direita. Abdomen sem alterações. Glasgow 15. Internação e encaminhado ao bloco cirúrgico.</p>	
<u>EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:</u>	
<u>TRATAMENTO:</u>	
<p>Tratamento cirúrgico de fraturas expostas de mão direita e de pé direito. Tratamento cirúrgico de fratura de cotovelo direito.</p>	
ALTA HOSPITALAR:	29/03/16
DATA DA EMISSÃO:	18/11/16
<p>DR. JOSÉ ALMEIDA BRAGA MÉDICO CIRURGEÃO CRM - 2329</p> <p>Dr. José de Almeida Braga CRM: 2329/PB</p>	

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900



Waldir Severino da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 335 5534 DATA DE EXPEDIÇÃO 24 AGO 2005

NOME WALDIR SEVERINO DA SILVA

FILIAÇÃO Severino Augusto da Silva
Maria José do Carmo

São Miguel de Taipu-PB 01.06.1976
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nasom. 3.943, Fls. 102v, L. 1
A. 1, Cart. São Miguel de Taipu

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.119 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
035.091.714-03

Nome
WALDIR SEVERINO DA SILVA

Nascimento
01/06/1976



REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
SET/2009

 **CORREIOS**



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Através do presente instrumento particular de mandato,

OUTORGANTE:

Nome: Waldin Severiano da Silva
Qualificação: Advogado
CPF/MF: 035 091-714-03 RG: 335534 SSP/PB
Endereço: Rua Assentamento Amarela II Área Rural
São Miguel de Taipém

OUTORGADOS: FABIO CARNEIRO CUNHA LIMA, inscrito na OAB/PB, sob o nº. 13.527 e
ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO, inscrita na OAB/PB, sob o nº. 11.968,
todos com escritório profissional situado na Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre,
Cep: 58.040-320, João Pessoa – PB.

Outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 103 do CPC, para que possa representar e defender os interesses do(a) Outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, como também em seara administrativa, podendo requerer documentações em hospitais e/ou clínicas particulares, bem como, propor contra quem de direito, as ações competentes e defender as contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe poderes especiais para confessar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, renunciar, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, receber e dar quitação, receber alvarás, endossar cheques, substabelecer, receber intimação ou citação, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias ou tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, fazendo tudo que se fizer de direito, sempre no interesse do(a) Outorgante. Obriga-se o Outorgante a pagar aos Outorgados, pelo cumprimento da presente procuração, o correspondente a 30(trinta por cento) do valor da indenização que receber no processo, bem como despesas realizadas em função do mesmo.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA:

Declara ainda o Outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**.

João Pessoa – PB, de _____ de 2017.

Waldin Severiano da Silva
Outorgante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900



Waldir Severino da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 335 5534 DATA DE EXPEDIÇÃO 24 AGO 2005

NOME WALDIR SEVERINO DA SILVA

FILIAÇÃO Severino Augusto da Silva
Maria José do Carmo

São Miguel de Taipu-PB 01.06.1976
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nasom, J. 943, Fls. 102v, L. v. 1-1, Cart. São Miguel de Taipu

ACR. *Waldir Severino da Silva*

INSTRUMENTO DE REGISTRO DE CASAMENTO DO DIRETOR

CPF Nº 0116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
035.091.714-03

Nome
WALDIR SEVERINO DA SILVA

Nascimento
01/06/1976



REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
SET/2009




PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0298711/17
Vítima: WALDIR SEVERINO DA SILVA
CPF: 035.091.714-03

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 23/03/2016
Titular do CPF: WALDIR SEVERINO DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

WALDIR SEVERINO DA SILVA : 035.091.714-03

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 02/08/2017
Nome: WALDIR SEVERINO DA SILVA
CPF/CNPJ: 035.091.714-03

WALDIR SEVERINO DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 02/08/2017
Nome: Sandra Maria Accioly Pedrosa
CPF: 423.820.764-53

Sandra Maria Accioly Pedrosa

[Handwritten signature]





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0856878-36.2017.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que “na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu”.

Nos autos, observo que o domicílio do autor e o local do acidente são ambos na comarca de Pilar/PB.

Restaria, então, o domicílio do réu, indicado na inicial como sendo em João Pessoa.

A parte demandada é a Bradesco Seguros S/A. Por uma rápida consulta no sítio da Receita Federal, vejo que tem matriz na cidade de Barueri/SP.

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em João Pessoa (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Pilar/PB ou Barueri/SP e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Em ações desta espécie, admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem. A hipótese é de evidente afronta ao princípio do juiz natural, com lúdima escolha de juízo e, em razão disso, a incompetência se torna absoluta.

A propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possua sede (considerando-se esta o local da matriz), sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível, como já dito, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.



Diante da ausência de justificativa, pode-se concluir que o ajuizamento da presente demanda em João Pessoa trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda a interesses pessoais de maneira não resguardada pela legislação pátria, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.

Portanto, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando então possível ao Juiz singular o declínio de ofício da competência por passar a configurar, diante da particularidade do caso concreto, hipótese de competência absoluta.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Pilar/PB, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intimem-se.

Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irrisignação, remetam-se os autos para a Comarca de Pilar/PB, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 13 de dezembro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0856878-36.2017.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que “na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu”.

Nos autos, observo que o domicílio do autor e o local do acidente são ambos na comarca de Pilar/PB.

Restaria, então, o domicílio do réu, indicado na inicial como sendo em João Pessoa.

A parte demandada é a Bradesco Seguros S/A. Por uma rápida consulta no sítio da Receita Federal, vejo que tem matriz na cidade de Barueri/SP.

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em João Pessoa (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Pilar/PB ou Barueri/SP e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Em ações desta espécie, admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem. A hipótese é de evidente afronta ao princípio do juiz natural, com lúdima escolha de juízo e, em razão disso, a incompetência se torna absoluta.

A propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possua sede (considerando-se esta o local da matriz), sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível, como já dito, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.



Diante da ausência de justificativa, pode-se concluir que o ajuizamento da presente demanda em João Pessoa trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda a interesses pessoais de maneira não resguardada pela legislação pátria, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.

Portanto, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando então possível ao Juiz singular o declínio de ofício da competência por passar a configurar, diante da particularidade do caso concreto, hipótese de competência absoluta.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Pilar/PB, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intimem-se.

Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irrisignação, remetam-se os autos para a Comarca de Pilar/PB, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 13 de dezembro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Pilar

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0856878-36.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Nos termos do art. 98, caput, do Código de Processo Civil vigente (CPC), e em observância ao Enunciado n.º 29 da Súmula do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJ/PB), DEFIRO, por ora, o pedido de gratuidade da justiça e concedo à parte autora as isenções previstas no § 1º e seus incisos, do referido artigo de Lei.

2. Agende-se audiência de conciliação.

Comunicações necessárias.

PILAR, 4 de abril de 2019.

Juiz(a) de Direito



CERTIFICO PARA OS DEVIDOS FINS QUE FICA DESIGNADA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 01/04/2020, ÀS 08:45 HORAS NA SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO FORUM DE PILAR/PB.



CERTIFICO PARA OS DEVIDOS FINS QUE FICA DESIGNADA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 01/04/2020, ÀS 08:45 HORAS NA SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO FORUM DE PILAR/PB.



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Pilar
Rua 31 de Março, S/N, Centro, PILAR - PB - CEP: 58338-000
PILAR
()

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0856878-36.2017.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

N o m e : B R A D E S C O S E G U R O S S / A
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Pilar, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: SALA DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO EM PILAR Data: 01/04/2020 Hora: 08:45.**

PILAR, em 6 de março de 2020.

ORISMAR FERNANDES ATAIDE E SILVA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
10947924



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço indicado, e sendo ali, CITEI E INTIMEI a BRADESCO SEGUROS S.A, na pessoa de sua representante legal, Rosimary Soares costa, que após as formalidades legais, exarou o seu ciente.. Dou fé.

11 de março de 2020

WILSON GABRIEL DA SILVA





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Pilar
Rua 31 de Março, S/N, Centro, PILAR - PB - CEP: 58338-000
PILAR
()

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0856878-36.2017.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Pilar, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: SALA DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO EM PILAR Data: 01/04/2020 Hora: 08:45.**

PILAR, em 6 de março de 2020.

ORISMAR FERNANDES ATAIDE E SILVA

Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
10947924



Assinado eletronicamente por: **ORISMAR FERNANDES ATAIDE E SILVA**

05/13/2020 10:39:52

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 28849342



20030610395254900000027804845

imprimir

Rosimary Soares Costa
Assistente Operacional
8337/Sucursal João Pessoa - PB

